



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO MILITAR DO NORDESTE
COMANDO DA SEXTA REGIÃO MILITAR
ER OP C PIPA/6º RM**

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 001/2024 – EROCP/6º RM
(Processo Administrativo nº 64299.010353/2024-88)

1. OBJETO

1.1. Contratação de serviços de capacitação profissional de entidade de notória especialização na área de Planejamento, Gestão Pública, Contratos Administrativos e Tecnologia da Informação, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

a) Curso de Power BI CEP/CAC

- Entidade responsável: SENAC – Serviço Social Autônomo e Entidade Educacional Sem Fins Lucrativos.
- CNPJ: 03.682.189/0001-38
- Data: 10 de junho de 2024 à 03 de julho de 2024
- Carga horária: 30 (Trinta) horas/aula
- Modalidade: Presencial (Salvador/BA)
- Material didático incluso: Sim

b) Semana Nacional de Estudos Avançados em Contratos Administrativos

- Entidade responsável: Instituto Negócios Públicos do Brasil
- CNPJ: 10.498.974/0002-81
- Período: 17 a 21 de junho de 2024
- Carga horária: 30 (trinta) horas
- Modalidade: Presencial (Foz do Iguaçu/PR)
- Material didático incluso: Sim

1.2. Militares designados:

Posto	Nome	Curso	Valor Unitário	Quantidade	Valor Total
3º Sargento	Renata Fernandes dos Santos	Power BI CEP/CAC	R\$ 551,00	03 (três) militares	R\$ 1.653,00
3º Sargento	Gilvã Luis dos Santos Junior				
Subtenente	Roberto Lucas de Teive e Argollo				
TOTAL					R\$ 1.653,00

Handwritten signature

Posto	Nome	Curso	Valor Unitário	Quantidade	Valor Total
3º Sargento	Suelen Cardoso Brito de Oliveira	Semana Nacional de Estudos Avançados em Contratos Administrativos	R\$ 5.890,00	01 (um) militar	R\$ 5.890,00
TOTAL					R\$ 5.890,00

- 1.1. Os últimos três anos foi um período atípico, marcado por desafios sociais, pessoais e profissionais que exigiram dos Gestores Públicos muita maturidade, resiliência e visão de futuro, acima de tudo.
- 1.2. Em termos de Gestão Pública, 2021 foi o ano da publicação da Nova Lei de Licitações – Lei 14.133/21 – um dos principais marcos disruptivos do direito público brasileiro na última década. Um texto denso, longo, complexo, ainda em fase de assimilação pela sociedade e que, em 2024, assumirá o domínio sobre as demais leis de licitação do País.
- 1.3. A Lei Complementar de nº 97/1999, que veio a ser modificada pelas de nºs.117/2004 e 136/2010, traz indicações no sentido de que cabe, subsidiariamente, às Forças Armadas, prestar cooperação com o desenvolvimento nacional e a defesa civil.
- 1.4. E, nessa linha, o Exército Brasileiro é o coordenador do Programa Emergencial de Distribuição de Água Potável no Semiárido Brasileiro (Operação Carro-Pipa). Esse papel está a seu cargo já há mais de 20 (vinte anos), em parceria com o Ministério de Desenvolvimento Regional - MDR – nos termos das portarias interministeriais.
- 1.5. Para que as atividades fins do Escritório Regional da Operação Carro – Pipa ocorram é necessário primeiramente, que sejam desenvolvidas as atividades administrativas, que se iniciam desde o processo de habilitação para credenciamento dos prestadores de serviço que trabalham nas atividades de coleta, transporte e distribuição de água, passando pelo planejamento para a solicitação de recursos das atividades fins, acompanhamento da regularidade jurídica, fiscal e trabalhista dos contratados, geração de contratos, empenhos e pagamento de prestadores de serviço e diárias de militares alocados nas missões operacionais e administrativas, aquisições de bens e serviços das atividades do Escritório e seus núcleos.
- 1.6. O Escritório Regional da Operação Carro – Pipa da 6º RM absorve todas as atividades administrativas, orçamentárias, financeiras e fiscais referentes à Sede do Escritório Regional e os seus núcleos (19º Batalhão de Caçadores, 35º Batalhão de Infantaria e 4º Batalhão de Engenharia de Construção).
- 1.7. Conforme previsto na Ordem de Serviço nº 001 de 01 de fevereiro de 2023, do Escritório Regional da Operação Carro – Pipa da 6º RM está organizado com as seguintes atividades: Credenciamento, Execução Orçamentária, Execução Financeira, Fiscalização e Coordenação, Reimplantação, Prestação de Contas.

f. M. L. C. em

- 1.8. Nesse contexto, considerando as atuais atribuições do Escritório Regional, bem como a recente mudança na legislação de licitações e contratos e também o aperfeiçoamento contemporâneo das funcionalidades de Gestão, verifica-se que é necessário que os militares do EROCP/ 6º RM se capacitem a fim de prestar o melhor execução das atividades previstas e assessoramento aos militares dos núcleos e do Escritório Regional, agregando valor à gestão das mesmas.
- 1.9. O Congresso sobre Contratos Administrativos tem como principal objetivo melhorar e aprimorar a visão e aprendizado dos militares envolvidos nas atividades de Credenciamento, Geração de Contratos e Gestão Pública sobre a padronização das regras contratuais, a adequada interpretação das normas legais e contratuais, orientação de planejamento para uma boa contratação, absorver conhecimento sobre a implementação de mecanismos essenciais para uma boa contratação bem como também analisar os aspectos normativos, jurisprudenciais e doutrinários relacionados ao tema, apresentando casos concretos extraídos do dia a dia dos agentes públicos.
- 1.10. Além disso, será apresentada todas as etapas do processo de contratações públicas, desde o planejamento, passando pelos aspectos procedimentais, até os atos de gestão e fiscalização.
- 1.11. O curso de Power BI tem como principal objetivo, os seguintes:
- 1.11.1. Modelagem e Relacionamentos: Aprender a conectar todas as diferentes fontes de dados;
 - 1.11.2. Análises e Fórmulas DAX: Aprendizado sobre casos práticos para chegar em um Dashboard ou relatórios gerenciais;
 - 1.11.3. Automação de Processos: Aprender sobre a atualização e continuidade dos projetos;
- 1.12 É importante destacar que ao final das capacitações, o militar irá deter noções básicas e avançadas sobre Contratos Administrativos e Gestão Pública, bem como também do Processo de Gestão por meio do Power BI, com o intuito de gerar valor agregado nas atividades de Execução e Gestão.
- 1.12.1 Ainda, cabe salientar que a não atualização das competências técnicas gera uma defasagem, um “gap”, em relação às boas práticas aplicadas às atividades desenvolvidas pelos militares.
- 11.13 A desatualização de certas práticas e conhecimentos pode ocasionar falhas, erros ou atrasos na prestação dos serviços, prejudicando a eficiência do processo em que as atividades estão inseridas.
- 11.14 Espera-se que a participação nos cursos gere conhecimentos teóricos e práticos aos participantes, trazendo informações e ferramentas necessárias a uma maior qualidade e eficiência nos trabalhos desta Unidade Gestora.
- 11.15 Frisa-se que a contratação em tela está em consonância com os Objetivos Estratégicos (OE) desta Unidade Gestora, com destaque para o OEO 04 - “Incrementar a efetividade regional da Gestão do Bem Público” e o OEO 8- “Incentivar o aprimoramento em Governança, Ciência, Inovação e Tecnologia”.

11.16 Por fim, é oportuno trazer a lume que a capacitação ora contratada, está de acordo com o Plano de Contratação Anual do EROCP/6ºRM e previsto na Ordem de Serviço nº 003/Esc OCP, de 20 de maio de 2024.

2. CARACTERIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

- 2.1. A contratação em tela, através de processo de inexigibilidade de licitação, atende ao Art. 74, inciso III, alínea f) da Lei nº 14.133, de 1º ABR 21, tendo em vista tratar-se de inscrição em curso aberto, com objetos singulares e ministrados por entidade de notória especialização nas áreas de Gestão Pública, Contratos Administrativos e Tecnologia da Informação.

3. DA RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR

- 3.1. O **SENAC Bahia** – Serviço Autônomo e Entidade Educacional sem fins lucrativos, possui ações educacionais fundamentadas no desenvolvimento de competências, visando o espírito empreendedor, a autonomia, a cidadania e a conexão com o mundo, propondo práticas pedagógicas inovadoras, que estimulam o aluno a construir conhecimento e desenvolver competências. Para isso são utilizadas metodologias participativas, estruturadas na prática, baseadas em situações reais de trabalho, solução de problemas e outras estratégias, algumas apoiadas em recursos da tecnologia educacional.

3.1.2 A instituição é filiada à Confederação Nacional do Comércio, uma vez que por decreto-lei nº 8.621, de 10 de janeiro de 1946, o Governo Federal atribuiu ao órgão a obrigação de organizar e administrar, no território nacional, escolas de aprendizagem comercial. Com o intuito de descentralizar e ampliar sua área de atuação e de poder atender a reivindicação de vários setores da economia, o Senac se estabeleceu em todo o país.

3.1.3 Hoje é composto pelas administrações regionais, formadas pelos Conselhos Regionais, órgãos deliberativos e pelo Departamento Nacional, que funciona como órgão executivo. Atualmente, o Senac é reconhecido por oferecer qualificação, aliando sempre a essa educação a prática da responsabilidade social e os conceitos de cidadania e comprometimento.

- 3.2. A **SENAC Bahia** tem a missão de Educar para o trabalho, de forma inovadora e inclusiva, em atividades do comércio de bens, serviços e turismo.

- 3.3. Cumpre destacar, também, que o Palestrante possui notória especialização como podemos verificar em seu curriculum:

3.3.1 **André Dias** é Pós-graduação Latu Sensu em Docência para Educação Profissional (SENAC EAD). Microsoft Certified Educator (MCE); Cursando pós-graduação em Programador Full Stack (Anhanguera EAD); Formado em Tecnologia em Processamento de Dados pela Universidade Tiradentes (Aracaju-SE) em 1998. Instrutor de Educação Profissional III (SENAC-BA). Especialidades: Excel Avançado, Power BI, Programação em VBA, Programação JAVA, Desenvolvimento de Aplicativos Mobile Android e iOS.

- 3.4. O **Instituto Negócios Públicos do Brasil (INP Brasil)** é uma empresa que integra o Grupo Negócios Públicos com quase 20 anos de atuação, experiente na realização de

André Dias
4

grandes eventos e congressos, cursos e treinamentos promovidos para a atualização e aperfeiçoamento de servidores públicos responsáveis por melhorar e qualificar as atividades licitatórias e de gestão de contratos, desenvolvidas pela Administração Pública.

3.5. Realiza há 16 anos o maior encontro nacional de compras públicas, o Congresso Brasileiro de Pregoeiros, que já capacitou mais de 25 mil servidores públicos. Todos os eventos prezam pela inovação e proporcionam um ciclo de capacitação contínua aos agentes públicos, com uma metodologia própria que possibilita um maior aproveitamento.

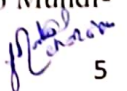
3.6. O INP do Brasil tem como missão gerar eficiência e segurança na Administração Pública, por meio de soluções tecnológicas, orientação e capacitação, tornando-se referência na transformação das Instituições Públicas do Brasil.

3.7. Cumpre destacar, também, que os Palestrantes possuem notória especialização como podemos verificar em seus curriculuns:

3.7.1. **Paulo Reis** é Engenheiro Civil e Advogado, com mais de 40 anos de atividades na administração pública brasileira, especialmente em processos de contratação de obras, bens e serviços, Exerceu 10 anos a função de Presidente de Comitê de Licitações do Banco Amazônia tendo sido também Pregoeiro da instituição pelo prazo de 04 anos. Foi Diretor – Geral do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, Assessor Especial da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Pará e Coordenador de Controle Interno da SEMEC;

3.7.2. **Lidineide Cardoso** é Especialista em Licitações e Contratos em Direito Processual Civil, com habilitação para o Magistério Superior na área de Direito, Ex empregada pública da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba – Codevasf, Servidora Pública da carreira da justiça Eleitoral, Membro do Instituto de Direito Administrativo de Alagoas – IDAA. Membro do Comitê de Governança das Contratações da Rede Governança Brasil. Vasta experiência em Direito Administrativo, com ênfase na fase da Execução Contratual, notadamente em Gestão e Fiscalização de Contratos. Palestrante, escritora e instrutora;

3.7.3. **Michelle Marry** é Advogada da União desde 2007. Atualmente é Coordenadora-Geral de Análise Jurídica de Licitação e Contratos no Ministério da Justiça e Segurança Pública. Mestre em Direito Constitucional pelo IDP. Pós-graduada em direito público pela Universidade de Brasília, pelo Instituto Brasiliense de Direito Público – IDP e pela Faculdade Projeção. Coautora do livro “RDC – Regime Diferenciado de Contratações”, do Livro Tratado da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos: Lei 14133/21. Comentada por Advogados Públicos, do livro Governança e Compliance no Setor Público, do livro Compras Públicas Centralizadas no Brasil e autora do e-book As parcerias entre os setores público e privado como mecanismo de implementação de políticas públicas. Autora de artigos relacionados ao tema. Professora e Palestrante. É membra do Instituto Nacional da Contratação Pública e diretora da revista. É Coordenadora da Câmara Nacional de Licitação e Contratos Administrativos da Consultoria-Geral da União - CGU/AGU membra da Câmara Nacional de Convênios e Instrumentos Congêneres da CGU/AGU. Estudou Fundamentos do Direito Americano na Thomas Jefferson School of Law 2011 (EUA - 2011) Estudou Sobre Mecanismos de Controle e Combate à Corrupção na Contratação Pública (Portugal - 2012). É certificada pela FGV em Negociação Avançada em Termo de Ajustamento de Conduta. É certificada pelo Banco Mundi-


5

al em Treinamento Sobre o Regulamento de Aquisições para Mutuários de Operações de Financiamento de Projetos de Investimento.

- 3.7.4. **Christiane Stroppa** é Doutora e Mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Assessora de Controle Externo no Tribunal de Contas do Município de São Paulo, Ex-Assessora Jurídica na Secretaria da Saúde do Município de São Paulo, Ex-Procuradora da Universidade de São Paulo. Atualmente é Professora de Direito Administrativo da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Membro associado do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo - IBDA, do Instituto de Direito Administrativo Paulista – IDAP, do Instituto dos Advogados de São Paulo – IASP e do Instituto de Direito Administrativo Sancionador Brasileiro (IDASAN) e sócia do escritório Carvalho Stroppa Sociedade de Advogados.
- 3.7.5. **Anderson Pedra** é Pós-doutor pela Universidade de Coimbra com ênfase em “Direito Fundamental à Boa Administração Pública e sua Influência no Direito Administrativo e na Gestão Pública”; Doutor em Direito do Estado (PUC/SP) e Mestre em Direito (FDC/RJ); Especialista em Direito Público e Processual Público pela ConsulTime/ Cândido Mendes; Professor do Mestrado em Gestão Pública da UFES, assim como professor na graduação e pós graduação em diversas instituições. Atua como Instrutor em diversas instituições públicas e privadas e palestrante em diversos eventos nacionais e internacionais; Ex-Chefe em várias áreas de atuação da PGEES e TCEES, dentre eles Procuradoria de Consultoria Administrativa da PGEES e Ex-Pregoeiro do TCEES; Membro do Instituto Brasileiro de Estudos Constitucionais, Advogado e Consultor Jurídico em Direito Público e Autor de diversas obras jurídicas.
- 3.7.6. **Karine Machado** possui MBA em Gestão da Administração Pública, pelo Instituto de Cooperação e Assistência Técnica – ICAT. Curso Superior de Direito, pelo Centro Universitário de Brasília – Ceub (Brasília/DF). Participou do Programa de Formação de Analista de Controle Externo do Tribunal de Contas da União no Instituto Serzedello Corrêa do TCU, com duração de 264 horas (Brasília/DF). MAGISTÉRIO: Conteudista do curso “Prestação de Contas: Dever do Gestor, Direito da Sociedade”, promovido pelo TCU. Instrutora do Instituto Serzedello Correa do TCU. Palestrante e conferencista de cursos nas áreas de licitações e contratos, convênios, processo no TCU e tomada de contas especial. PUBLICAÇÕES: Co-autora do livro Licitações & Contratos – Orientações Básicas, editado pelo Tribunal de Contas da União. Autora de artigo publicado na Revista do TCU.
- 3.7.7. **Paulo Alves** é Servidor de carreira do Superior Tribunal de Justiça, titular da unidade de Auditoria Operacional e de Governança do Conselho da Justiça Federal. Bacharel em Direito, Pós-Graduado em Direito Administrativo Contemporâneo, Mestrando em Ciências Jurídicas (Master of Legal Science) com concentração em Riscos e Compliance pela Ambra University – Florida/EUA. Certificado em Auditoria Governamental, Gestão de Riscos e Auditoria Baseada em Riscos pelo ISC/TCU e Tutoria e Docência pelo CEJ/ CJF. Instrutor de capacitações em Gestão Pública em instituições públicas e privadas de ensino. Experiência de uma década realizando auditorias por todo o Brasil. Um dos representantes da área de negócio do CJF junto ao CNJ na implementação do Sistema Auditar – sistema de auditoria ba-

Handwritten signature
6

seada em riscos. Ex-assessor do Ministro Herman Benjamin do STJ – 2ª Turma, 1ª Seção, Direito Público. Atualmente, participando do ciclo de auditorias nos órgãos da Justiça Federal de 1º e 2º graus das 5 regiões para analisar o grau de implementação do Processo de Gestão de Risco.

- 3.7.8. **Tatiana Camarão** Mestre em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (1997) Professora da Pós-Graduação da PUC/MG Diretora do Instituto Mineiro de Direito Administrativo – IMDA Palestrante e coautora dos livros *Licitações e contratos: aspectos relevantes* (2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2008), *Termo de Referência* (4. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2014), *Processo Administrativo: Comentários à Lei nº 9.784/99* (2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2009) e *Manual prático do pregão* (Belo Horizonte: Mandamentos, 2006);
- 3.7.9. **Joel Niebuhr** Doutor em Direito Administrativo pela PUC/SP. Mestre e Bacharel em Direito pela UFSC. Autor dos livros “Princípio da Isonomia na Licitação Pública” (Florianópolis: Obra Jurídica, 2000). *O Novo Regime Constitucional da Medida Provisória* (São Paulo: Dialética, 2001). *Dispensa e Inexigibilidade de Licitação Pública* (4ª ed. Belo Horizonte: Fórum, 2015). *Pregão Presencial e Eletrônico* (7ª ed. Belo Horizonte: Fórum, 2015). *Registro de Preços: aspectos práticos e jurídicos* (2ª ed. Belo Horizonte: Fórum, 2003, em coautoria com Edgar Guimarães). *Licitação Pública e Contrato Administrativo* (4ª ed. Belo Horizonte: Fórum, 2013). *Licitações e Contratos das Estatais* (Belo Horizonte: Fórum, 2018, em coautoria com Pedro de Menezes.
- 3.7.10. **João Domingues** é Auditor Federal de Finanças e Controle no Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União – CGU, tendo chefiado a Auditoria Interna da Universidade de Brasília – UNB. Também é professor da Escola Nacional de Administração Pública – ENAP na área de contratos e terceirizações, possuindo, assim, experiência singular tanto na prática da contratação pública, quanto na docência para agentes públicos. É um dos responsáveis pelo Portal L & C, que reúne informações relevantes à temática das contratações públicas notadamente em Gestão e Fiscalização de Contratos. Palestrante, escritora e instrutora.
- 3.7.11. **Felipe Boselli**, Advogado. Graduado, Mestre e Doutor em Direito do Estado pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC com pesquisas realizadas na Universidade de Lisboa, Universidade Complutense de Madrid e na Universidade de Buenos Aires. Pós-graduado em Licitações e Contratos Administrativos, Processo Civil e em Direito Constitucional e Administrativo. Sócio da Boselli & Loss Advogados Associados e da Boselli Licitações. Autor do livro “A inadimplência no pagamento dos contratos administrativos”, coautor dos livros “Licitações, contratos e convênios administrativos”, “Lei das Empresas Estatais”, “Direito, Estado e Constituição” e “Combate Preventivo à Corrupção no Brasil” e organizador dos livros “Legislação de licitações”, “Legislação de licitações para obras e serviços de engenharia”, “Contratações Públicas” e “Direitos Humanos da Tributação”. Foi Secretário adjunto da Comissão de Mobilidade Urbana da OAB-SC na gestão 2010- 2012, Presidente da Comissão de Licitações e Contratos Administrativos da OAB/ SC nas gestões 2013-2015 e 2016-2018, e Vice-Presidente do Observatório Social de Florianópolis na gestão 2016-2017. Atualmente é Conselheiro de Administração da CA-

SAN - Companhia Catarinense de Águas e Saneamento, Diretor de Direito Público da Escola Superior da Advocacia - ESA-OAB/SC e Secretário-Geral do IDASC - Instituto de Direito Administrativo de Santa Catarina. É também professor convidado de diversos cursos de pós-graduação por todo o país, além de ministrar cursos e palestras na área de Licitações e Contratos Administrativos a entidades públicas e privadas;

3.7.12. **Abimael Torcate**, Analista Administrativo na Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSEH. Membro do Setor de Governança e Estratégia do Complexo Hospitalar da UFC/EBSEH. Professor e escritor da área de logística pública. Pós-graduado em Gestão de Hospitais Universitários Federais, pelo Hospital Sírio-Libanês. Pós-graduado em Licitações e contratos (CERS). Certificação Black Belt em Lean Six Sigma. Administrador e editor do perfil @euteajudoallicitar (Instagram).

3.8. Por fim, e não menos importante, faz mister ressaltar que os cursos abertos ofertados pelas duas empresas, sob o magistério de renomados especialistas, são contratados preferencialmente por inexigibilidade de licitação com fundamento no art. 74, inc. III, alínea f) da Lei nº 14.133/2021.

4. BENEFÍCIOS DIRETOS E INDIRETOS DA CONTRATAÇÃO E RESULTADOS ESPERADOS

4.1. Os benefícios diretos e indiretos advindos da realização do curso em questão são:

4.1.1. Melhoria das ações de Gestão e execução das atividades previstas;

4.1.2. Atualização de conhecimentos relativos aos aspectos legais, teóricos e práticos dos temas abordados;

4.1.3. Treinamento dos militares desta UG para atuarem como multiplicadores do conhecimento;

4.2. Com a realização dos cursos, esta UG espera desempenhar com excelência as suas missões de gestão e execução das atividades previstas.

5. DETALHAMENTO DO SERVIÇO DE CAPACITAÇÃO

O serviço, objeto desta contratação é a capacitação profissional de militares das Seções de Aquisição, Licitação e Contratos, Seção de Credenciamento e Divisão de Controle do EROCP/6º RM, através da participação nos cursos identificados no preâmbulo, conforme programações anexas.

6. DO VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO, RECURSOS E PROGRAMA DE TRABALHO

O valor total do serviço, objeto da contratação é **RS 7.543,00 (Sete mil, quinhentos e quarenta e três reais)**. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União:

PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL PARA CAPACITAÇÃO DE MILITARES

NC: 2024NC005410

UG: 160496

PI: DF0000HSOP5

7. JUSTIFICATIVA DO PREÇO

- 7.1. Os preços cobrados pelas empresas, com as quais se pretende firmar as contratações dos serviços de capacitação profissional, são os mesmos tanto para pessoas físicas quanto para pessoas jurídicas, posto que as turmas são abertas, conforme pode ser asseverado através dos sites:
- 7.2. Ressalta-se que os sites são de amplo domínio e que o presente Termo de Referência atende ao constante na Orientação Normativa/AGU nº 17, de 01/04/2009 (Inexigibilidade de Licitação), quanto à demonstração da conformidade dos valores praticados.

8. DO PAGAMENTO

- 8.1. O pagamento será efetuado pela Contratante em nome das empresas Contratadas no prazo de até 10 (dez) dias, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura contendo o detalhamento dos serviços executados, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pelas Contratadas.

9. RESPONSÁVEL PELO ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO

- 9.1. O responsável pelo acompanhamento da execução do curso, objeto deste instrumento, será o **DAVI SILVA TEIXEIRA DE SOUZA - CEL/R1 – Chefe da Divisão Financeira e Ordenador de Despesas do EROCP/6º RM.**

10. DAS OBRIGAÇÕES DAS CONTRATADAS

- 10.1. Executar os serviços em conformidade com as especificações da Proposta Técnica acerca dos cursos;
- 10.2. Fornecer material didático (apostilas e demais materiais necessários ao desenvolvimento do curso);
- 10.3. Responsabilizar-se pelo recebimento da nota de empenho e faturamento;
- 10.4. Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, à União ou a terceiros; e
- 10.5. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 11.1. Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço.

APROVO o presente Termo de Referência por estar em conformidade com as necessidades do EROCP/6º RM e determino que o mesmo seja encaminhado para aprovação do Ordenador de Despesas do EROCP/6º RM.

Salvador, BA, 20 de maio de 2024



JOSEVALDO COSTA DOS SANTOS – Cel
Chefe do EROCP/6º RM.

Salvador, 28 de maio de 2024.

Empresa: Exército Brasileiro

6ª Região Militar

E-mail: salcoppipa@6rm.eb.mil.br

As ações educacionais do Senac Bahia são fundamentadas no desenvolvimento de competências, visando o espírito empreendedor, a autonomia, a cidadania e a conexão com o mercado e o mundo. Os pilares que norteiam seu trabalho são: aprender a aprender, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser.

O Senac Bahia propõe-se a realizar práticas pedagógicas inovadoras, que estimulam o aluno a construir o conhecimento e a desenvolver competências. Para isso são utilizadas metodologias participativas, estruturadas na prática, baseadas em situações reais de trabalho, solução de problemas e outras estratégias, algumas apoiadas em recursos da tecnologia educacional

Esta proposta foi elaborada a partir de sua solicitação e está de acordo com nossos entendimentos até o presente momento.

Para esclarecimentos adicionais, entre em contato através dos e-mails laurinete.lopes@ba.senac.br e relacionamento.mercado@ba.senac.br ou dos telefones (71) 3186-4041

Validade da proposta: 30 dias.

Laurinete Lopes

Gerência de Relacionamento com o Mercado
Analista

Leila Dantas

Gerência de Relacionamento com o Mercado
Gerente

SOLUÇÃO EDUCACIONAL (Programação Aberta)

Tema Unidade Senac e C/H	Período / Horário Dia da semana	Qtd. Vagas	Valor do Curso	Investimento Total
POWER BI CEP/CAC 30h	10/06/24 à 03/07/24 Segunda, quarta e Sexta-feira (18:30 às 21:30)	03	551,000	1.653,00

Investimento Total: R\$ 1.653,00 (Mil seiscientos e cinquenta e três).

Requisitos: Ensino Médio Incompleto. Idade maior ou igual a 16 anos.

CERTIFICAÇÃO

O participante terá direito ao certificado desde que atenda aos pré-requisitos do curso, obtenha no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) de frequência e seja considerado aprovado em relação ao conteúdo do Programa.

MATERIAL DIDÁTICO:

Os alunos matriculados terão acesso à biblioteca digital SENAC. Período de acesso, 10/06 a 03/07/2024.

CONTEÚDO DO CURSO:

- Banco de Dados: Conceitos básicos de Banco de Dados
- Business intelligence: Conceitos básicos de business intelligence; data warehouse; ETL, OLAP, data mining, big data.
- O Power BI: Instalação e opções de configuração; navegação, interface do usuário e faixa de opções; limitações e potencialidades da ferramenta.
- Power Query: Importação e Tratamento de dados
- Power Pivot: Modelagem de dados
- Relatórios: Criação de Dashboards interativos
- Power BI Serviço: Compartilhamento e atualização automática em plataformas
- Power BI Mobile: Instalação, visualização de relatórios

CONDIÇÕES GERAIS

O Senac Bahia reserva-se ao direito de manter a cobrança integral pelo serviço prestado, mesmo nos casos de participantes ausentes ou desistentes.

Os cursos poderão ser adiados e/ou cancelados, caso não haja número suficientes de alunos para sua realização.

A empresa contratante deverá providenciar o preenchimento do formulário de matrícula após aprovação da proposta e enviar por e-mail.

Para fins de matrícula será necessário enviar por e-mail: RG, CPF, comprovante de residência e comprovante de escolaridade.

O cancelamento do serviço, após aprovação formal da proposta, deverá respeitar o prazo de 7 dias antes do início das aulas. O Senac reserva-se ao direito de cobrar uma taxa operacional de 50% do valor total quando não houver cumprimento desse prazo.

O Senac Bahia, serviço social autônomo e entidade educacional sem fins lucrativos, possui ampla imunidade e isenção tributária, conforme art. 150, inc. VI, alínea "c", da CF/88 (impostos); art. 15, § 1º, da LO n.º 9.532/97 (CSLL); art. 14, inc. X, e art. 13, incs. III e VI da MP n.º 2.158-35/01 (Pis/Cofins); e arts. 12 e 13 da Lei Federal n.º 2.613/55. Face à imunidade e isenção demonstrada, os serviços prestados pelo Senac não sofrem qualquer retenção na fonte de impostos e/ou contribuições. Também diante à imunidade a impostos, o Senac Bahia está dispensado de emissão de nota fiscal, exceto para os Municípios que mantêm regulamentação específica para tal.

Não se aplica à presente contratação o disposto no artigo 31, da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para fins de retenção previdenciária de 11% (onze por cento) sobre a fatura ou recibo, uma vez que o serviço prestado não se enquadra como cessão de mão de obra ou de serviço temporário.

Empresa contribuinte do SENAC terá 20% de desconto, se comprovar com entrega de cópia atualizada da GFIP (FPAS: 515), que pode ser enviada por e-mail.

DADOS SENAC:

Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

Departamento Regional da Bahia

CNPJ: 03.682.189/0001-38

Av. Tancredo Neves, nº 1.109, Ed. Casa do Comércio, 5º andar, Caminho das Árvores - CEP 41820-021 - Salvador – BA

Tel.: 71 3186-4032 www.ba.senac.br

MINI CURRÍCULOS— SENAC CEP-CAC

ANDRÉ DIAS - Pós-graduação Latu Sensu em Docência para Educação Profissional (SENAC EAD). Microsoft Certified Educator (MCE); Cursando pós-graduação em Programador Full Stack (Anhanguera EAD); Formado em Tecnologia em Processamento de Dados pela Universidade Tiradentes (Aracaju SE) em 1998. Instrutor de Educação Profissional III (SENAC-BA). Especialidades: Excel Avançado, Power BI, Programação em VBA, Programação JAVA, Desenvolvimento de Aplicativos Mobile Android e iOS.

O EVENTO

Em sua 11ª edição, esse é o evento com a maior carga horária sobre o tema, voltado especialmente para agentes públicos que atuam na gestão e na fiscalização dos contratos administrativos.

Durante uma semana, especialistas abordam as principais questões da área, sempre considerando atualizações normativas, entendimentos consolidados pelos órgãos de controle e a repercussão prática no dia a dia do agente público.

Formado por palestras com abordagem técnica e por oficinas que adentram em temas mais específicos, com enfoque prático, o evento proporciona a capacitação e o aperfeiçoamento das equipes de gestão e fiscalização de contratos e oferece uma visão sistêmica do contrato em si e de sua relação com as demais etapas do processo de contratação. **Inscreva-se!**

PÚBLICO-ALVO

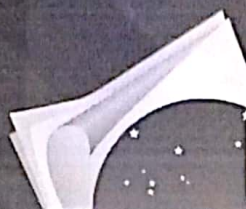
- Agentes públicos em geral,
- Fiscais e gestores de contratos,
- Membros de comissão de licitação,
- Assessores jurídicos;
- Ordenadores de despesa;
- Autoridades superiores,
- Servidores integrantes do controle interno e de Tribunais de Contas,
- Servidores que atuam direta ou indiretamente na área de Contratos Administrativos.

CARGA HORÁRIA: 30 HORAS

MATERIAL DE APOIO

- Apostila com conteúdo exclusivo do evento
- Certificado Geral com carga horária de 30 horas ficará disponibilizado através da nossa plataforma www.npevents.com.br

Assinatura



AMBIENTE

Evento ministrado na modalidade presencial em Foz do Iguaçu/PR, no Hotel Mabu.

Serão cinco dias de evento, totalizando 30 horas de capacitação. Realizado no período da manhã, das 08h00 às 12h00, e da tarde, das 14h às 18h00. Excepcionalmente, segunda-feira (17/06) das 20h às 22h00, e sexta-feira (21/06) das 08h00 às 12h00.

A Rede Mabu oferece há mais de 45 anos, serviços hoteleiros com alto padrão de excelência para garantir as melhores experiências aos seus hóspedes, a lazer ou a negócios. Constrói sua história mantendo arraigados valores, como respeito, honestidade, empreendedorismo e sustentabilidade. Investe constantemente para aprimorar os serviços prestados e a experiência dos seus clientes, assim como em medidas socioambientais para garantir um contato harmônico entre o homem e a natureza.



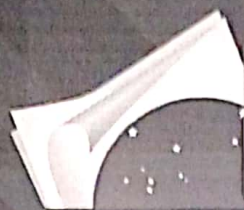
Mabu
HOTÉIS & RESORTS

Mabu Thermas Grand Resort

Av, das Cataratas, 3175
Vila Yolanda - Foz do Iguaçu/PR
Reservas: 0800 41 7040

TABELA HOSPEDAGEM - PARTICIPANTES (RUN OF THE HOUSE)

APARTAMENTO	VALOR DIÁRIA	TAXA ISS	TAXA DE TURISMO/POR APTO
SINGLE	R\$580,23	5%	R\$3,90
DUPLO	R\$668,85	5%	R\$3,90
TRIPLO	R\$830,66	5%	R\$3,90
QUÁDRUPLO	R\$992,25	5%	R\$3,90



PROGRAMAÇÃO

SEG | 17Jun

16h00 às 19h30	Credenciamento
19h30 às 20h00	Abertura do Salão
20h00	Cerimônia de Abertura <i>Palestrante: Rudimar Reis (Presidente do Grupo Negócios Públicos)</i>

TER | 18Jun

08h00 às 08h15	Start do Dia <i>Negócios Públicos</i>
08h15 às 10h00	Padronização de regras contratuais: mera sugestão ou aplicação compulsória? <i>Palestrante: Michelle Marry</i>
10h00 às 10h30	Intervalo
10h30 às 12h30	Importância da (in)adequada interpretação das normas legais e contratuais <i>Palestrante: Paulo Reis</i>
12h30 às 14h00	Almoço
14h00 às 16h00	Contratos das Estatais: regras de direito privado ou solução teratológica? <i>Palestrante: Christianne Stroppa</i>
16h00 às 16h30	Intervalo
16h30 às 18h00	Planejando uma boa contratação <i>Palestrante: Anderson Pedra</i>

Assinatura

*A Organização do Evento reserva-se o direito de modificar temas e programação divulgada, sem aviso prévio, por questões e razões de ordem supérflua.



QUA | 19 Jun

08h00 às 10h00 Oficinas da Manhã

10h00 às 10h30 Intervalo

10h30 às 12h30 Oficinas da Manhã

12h30 às 14h00 Almoço

14h00 às 16h00 Oficinas da Tarde

16h00 às 16h30 Intervalo

16h30 às 18h00 Oficinas da Tarde

Oficinas Presenciais Manhã

1. Fiscalização dos contratos de obras públicas e serviços de engenharia, inclusive de manutenção predial - *Paulo Reis*
2. Serviços com dedicação exclusiva de mão de obra e a gestão dos artefatos de conta vinculada e pagamento pelo fato gerador - *João Domingues*
3. Desenvolvimento de Estudo Técnico Preliminar e de Termo de Referência nas contratações da administração - *Abimael Torcate*
4. O modelo de gestão do contrato e o modelo de execução do contrato um encontro (quase) perfeito - *Tatiana Camarão*
5. Competências e responsabilidades dos agentes públicos sob o olhar dos órgãos de controle - *Christiane Stroppa*

Oficinas Presenciais Tarde

6. Alocação e gerenciamento de riscos: não se mensura o que não se mede - *Paulo Alves*
7. O equilíbrio econômico-financeiro dos contratos e a emblemática questão da preclusão lógica: pontos de alerta quando da elaboração das cláusulas contratuais - *Lindineide Cardoso*
8. Garantias de execução contratual - exigência, acompanhamento e execução - *Karine Machado*
9. Extinção e Nulidades dos contratos: novidades e procedimentos para a correta aplicação - *Anderson Pedra*
10. Poder sancionatório e a formalização do processo - *Felipe Boselli*

Assinatura manuscrita

*A organização do Evento, bem como o direito de escolha de temas e a programação, é de inteira responsabilidade dos membros do Comitê de Organização.

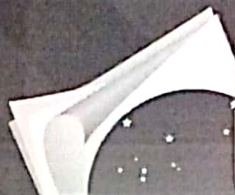


QUI | 20Jun

08h00 às 08h15	Start do Dia <i>Negócios Públicos</i>
08h15 às 10h00	O modelo de gestão do contrato como instrumento definidor dos mecanismos de gerenciamento e controle <i>Palestrante: Lindineide Cardoso</i>
10h00 às 10h30	<i>Intervalo</i>
10h30 às 12h30	Cláusulas exorbitantes: como exercer a superioridade da Administração na busca pelos melhores resultados? <i>Palestrante: Karine Machado</i>
12h30 às 14h00	<i>Almoço</i>
14h00 às 16h00	TALK SHOW <i>Mediadores: Paulo Reis e Lindineide Cardoso</i> <i>Participantes: em breve</i>
16h00 às 16h30	<i>Intervalo</i>
16h30 às 18h00	O papel da Alta Administração na implementação de mecanismos essenciais à boa condução dos contratos <i>Palestrante: Paulo Alves</i>

SEX | 21Jun

08h00 às 08h15	Start do Dia <i>Negócios Públicos</i>
08h15 às 10h00	Uma visão macro sobre o apoio da assessoria jurídica e órgãos de controle para evitar risco na execução dos contratos <i>Palestrante: Tatiana Camarão</i>
10h00 às 10h30	<i>Intervalo</i>
10h30 às 12h30	Modelos de contratação: quem dita as regras, o mercado ou a administração pública <i>Palestrante: Joel Niebuhr</i>
12h30	ENCERRAMENTO <i>Negócios Públicos</i>



COORDENADORES TÉCNICOS

PAULO REIS

Professor, Engenheiro Civil e Advogado



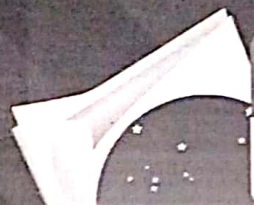
- O Professor Paulo Reis é Engenheiro Civil e Advogado, com mais de 40 anos de atividades na administração pública brasileira, especialmente em processos de contratação de obras, bens e serviços.
- Exerceu por 10 anos a função de Presidente do Comitê de Licitações do Banco da Amazônia tendo sido, também, Pregoeiro da instituição pelo prazo de 4 anos. Foi Diretor-Geral do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, Assessor Especial da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Pará e Coordenador de Controle Interno da SEMEC.
- É Professor, aposentado, da Universidade Federal do Pará. Doutrinador na área de licitações e contratos da administração pública, é autor dos livros OBRAS PÚBLICAS - MANUAL DE PLANEJAMENTO, LICITAÇÃO E FISCALIZAÇÃO e SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - UMA FORMA INTELIGENTE DE CONTRATAR. É coautor dos livros LICITAÇÕES PÚBLICAS - HOMENAGEM AO JURISTA JORGE ULISSES JACOBY FERNANDES, LEI DAS EMPRESAS ESTATAIS e 101 DICAS SOBRE O PREGÃO.

LINDINEIDE CARDOSO

Bacharel em Direito, Professora e instrutora em licitações e contratos.



- Especialista em Licitações e Contratos e em Direito Processual Civil, com habilitação para o Magisterio Superior na área do Direito. Ex-empregada pública da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba - Codevasf. Servidora pública de carreira da Justiça Eleitoral.
- Membro do Instituto de Direito Administrativo de Alagoas - IDAA. Membro do Comitê de Governança das Contratações da Rede Governança Brasil. Vasta experiência em Direito Administrativo, com ênfase na fase da Execução Contratual, notadamente em Gestão e Fiscalização de Contratos. Palestrante, escritora e instrutora.



PALESTRANTES

MICHELLE MARRY

Advogada da União



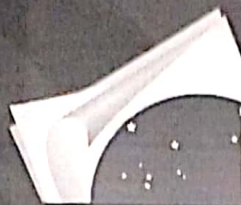
Advogada da União desde 2007. Atualmente é Coordenadora-Geral de Análise Jurídica de Licitação e Contratos no Ministério da Justiça e Segurança Pública. Mestre em Direito Constitucional pelo IDP. Pós-graduada em direito público pela Universidade de Brasília pelo Instituto Brasileiro de Direito Público - IDP e pela Faculdade Projeção. Coautora do livro "RDC - Regime Diferenciado de Contratações", do Livro Tratado da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Lei 14133/21 Comentada por Advogados Públicos, do livro Governança e Compliance no Setor Público, do livro Compras Públicas Centralizadas no Brasil e autora do e-book As parcerias entre os setores público e privado como mecanismo de implementação de políticas públicas. Autora de artigos relacionados ao tema. Professora e Palestrante. É membro do Instituto Nacional da Contratação Pública, ediretora da revista. É Coordenadora da Câmara Nacional de Licitação e Contratos Administrativos da Consultoria-Geral da União - CGU/AGU, membro da Câmara Nacional de Convênios e Instrumentos Congêneres da CGU/AGU. Estudou Fundamentos do Direito Americano na Thomas Jefferson School of Law 2011 (EUA - 2011). Estudou Sobre Mecanismos de Controle e Combate à Corrupção na Contratação Pública (Portugal - 2012). É certificada pela FGV em Negociação Avançada em Termo de Ajustamento de Conduta. É certificada pelo Banco Mundial em Treinamento Sobre o Regulamento de Aquisições para Mutuários de Operações de Financiamento de Projetos de Investimento.

CHRISTIANNE STROPPIA

Doutora e Mestra em Direito Administrativo



- Doutora e Mestra em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
- Assessora de Controle Externo no Tribunal de Contas do Município de São Paulo
- Ex-Assessora Jurídica na Secretaria da Saúde do Município de São Paulo
- Ex-Procuradora da Universidade de São Paulo
- Atualmente é Professora de Direito Administrativo da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Membro associado do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo - IBDA, do Instituto de Direito Administrativo Paulista - IDAP, do Instituto dos Advogados de São Paulo - IASP e do Instituto de Direito Administrativo Sancionador Brasileiro (IDASAN).
- É sócia do escritório Carvalho Stroppa Sociedade de Advogados.



PALESTRANTES

ANDERSON PEDRA

Procurador do Estado do Espírito Santo



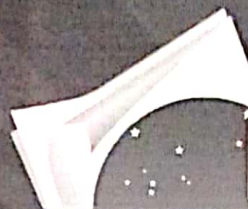
- Pós-doutor pela Universidade de Coimbra com ênfase em "Direito Fundamental à Boa Administração Pública e sua Influência no Direito Administrativo e na Gestão Pública", Doutor em Direito do Estado (PUC/SP) e Mestre em Direito (FDC/RJ); Especialista em Direito Público e Processual Público pela Consultime/ Cândido Mendes; Professor do Mestrado em Gestão Pública da UFES, assim como professor na graduação e pós graduação em diversas instituições. Atua como Instrutor em diversas instituições públicas e privadas e palestrante em diversos eventos nacionais e internacionais, Ex-Chefe em várias áreas de atuação da PGEES e TCEES, dentre eles Procuradoria de Consultoria Administrativa da PGEES e Ex-Pregoeiro do TCEES, Membro do Instituto Brasileiro de Estudos Constitucionais, Advogado e Consultor Jurídico em Direito Público e Autor de diversas obras jurídicas.

KARINE MACHADO

Auditora Federal



- MBA em Gestão da Administração Pública, pelo Instituto de Cooperação e Assistência Técnica – ICAT. Curso Superior de Direito, pelo Centro Universitário de Brasília – Ceub (Brasília/DF). Participou do Programa de Formação de Analista de Controle Externo do Tribunal de Contas da União no Instituto Serzedello Corrêa do TCU, com duração de 264 horas (Brasília/DF). MAGISTERIO: Conteudista do curso "Prestação de Contas: Dever do Gestor, Direito da Sociedade", promovido pelo TCU. Instrutora do Instituto Serzedello Corrêa do TCU. Palestrante e conferencista de cursos nas áreas de licitações e contratos, convênios, processo no TCU e tomada de contas especial. PUBLICAÇÕES: Co-autora do livro Licitações & Contratos – Orientações Básicas, editado pelo Tribunal de Contas da União. Autora de artigo publicado na Revista do TCU.



PALESTRANTES

PAULO ALVES

Servidor do Superior Tribunal de Justiça



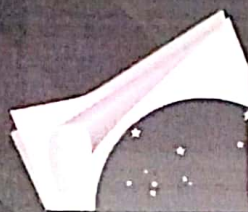
• Servidor de carreira do Superior Tribunal de Justiça, titular da unidade de Auditoria Operacional e de Governança do Conselho da Justiça Federal. Bacharel em Direito, Pós-Graduado em Direito Administrativo Contemporâneo, Mestrando em Ciências Jurídicas (Master of Legal Science) com concentração em Riscos e Compliance pela Ambra University – Flórida/EUA. Certificado em Auditoria Governamental, Gestão de Riscos e Auditoria Baseada em Riscos pelo ISC/TCU e Tutoria e Docência pelo CEJ/ CJF. Instrutor de capacitações em Gestão Pública em instituições públicas e privadas de ensino. Experiência de uma década realizando auditorias por todo o Brasil. Um dos representantes da área de negócio do CJF junto ao CNJ na implementação do Sistema Auditar – sistema de auditoria baseada em riscos. Ex-assessor do Ministro Herman Benjamin do STJ – 2ª Turma, 1ª Seção, Direito Público. Atualmente, participando do ciclo de auditorias nos órgãos da Justiça Federal de 1º e 2º graus das 5 regiões para analisar o grau de implementação do Processo de Gestão de Riscos.

TATIANA CAMARÃO

Mestre em Direito Administrativo



• Mestre em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (1997). Professora da Pós-Graduação da PUC/MG. Diretora do Instituto Mineiro de Direito Administrativo – IMDA. Palestrante e coautora dos livros Licitações e contratos: aspectos relevantes (2. ed. Belo Horizonte: Forum, 2009), Termo de Referência (4. ed. Belo Horizonte: Forum, 2014), Processo Administrativo: Comentários à Lei nº 9.784/99 (2. ed. Belo Horizonte: Forum, 2009) e Manual prático do pregão (Belo Horizonte: Mandamentos, 2006).



PALESTRANTES

JOEL NIEBUHR

Doutor em Direito Administrativo



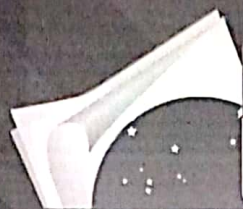
- Doutor em Direito Administrativo pela PUC/SP. Mestre e Bacharel em Direito pela UFSC. Autor dos livros "Princípio da Isonomia na Licitação Pública" (Florianópolis: Obra Jurídica, 2000). "O Novo Regime Constitucional da Medida Provisória" (São Paulo: Dialética, 2001). "Dispensa e Inexigibilidade de Licitação Pública" (4ª ed. Belo Horizonte: Fórum, 2015). "Pregão Presencial e Eletrônico" (7ª ed. Belo Horizonte: Fórum, 2015). "Registro de Preços: aspectos práticos e jurídicos" (2ª ed. Belo Horizonte: Fórum, 2003, em coautoria com Edgar Guimarães). "Licitação Pública e Contrato Administrativo" (4ª ed. Belo Horizonte: Fórum, 2013). "Licitações e Contratos das Estatais" (Belo Horizonte: Fórum, 2018, em coautoria com Pedro de Menezes).

JOÃO DOMINGUES

Auditor Federal



- O professor João Domingues é Auditor Federal de Finanças e Controle no Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União – CGU, tendo chefiado a Auditoria Interna da Universidade de Brasília – UNB. Também é professor da Escola Nacional de Administração Pública – ENAP na área de contratos e terceirizações, possuindo, assim, experiência singular tanto na prática da contratação pública, quanto na docência para agentes públicos. É um dos responsáveis pelo Portal L & C, que reúne informações relevantes à temática das contratações públicas notadamente em Gestão e Fiscalização de Contratos. Palestrante, escritor e instrutor.



PALESTRANTES

FELIPE BOSELLI

Doutor em Direito do Estado



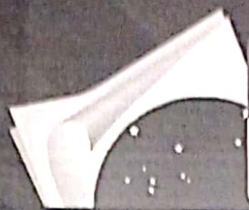
• Advogado. Graduado, Mestre e Doutor em Direito do Estado pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC com pesquisas realizadas na Universidade de Lisboa, Universidade Complutense de Madrid e na Universidade de Buenos Aires. Pós-graduado em Licitações e Contratos Administrativos, Processo Civil e em Direito Constitucional e Administrativo. Sócio da Boselli & Loss Advogados Associados e da Boselli Licitações. Autor do livro "A inadimplência no pagamento dos contratos administrativos", coautor dos livros "Licitações, contratos e convênios administrativos", "Lei das Empresas Estatais", "Direito, Estado e Constituição" e "Combate Preventivo à Corrupção no Brasil" e organizador dos livros "Legislação de licitações", "Legislação de licitações para obras e serviços de engenharia", "Contratações Públicas" e "Direitos Humanos da Tributação". Foi Secretário adjunto da Comissão de Mobilidade Urbana da OAB-SC na gestão 2010-2012, Presidente da Comissão de Licitações e Contratos Administrativos da OAB/SC nas gestões 2013-2015 e 2016-2018, e Vice-Presidente do Observatório Social de Florianópolis na gestão 2016-2017. Atualmente é Conselheiro de Administração da CASAN - Companhia Catarinense de Águas e Saneamento, Diretor de Direito Público da Escola Superior da Advocacia - ESA-OAB/SC e Secretário-Geral do IDASC - Instituto de Direito Administrativo de Santa Catarina. É também professor convidado de diversos cursos de pós-graduação por todo o país, além de ministrar cursos e palestras na área de Licitações e Contratos Administrativos a entidades públicas e privadas.

ABIMAEI TORCATE

Professor, Palestrante e Analista Administrativo



• Analista Administrativo na Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSERH. Membro do Setor de Governança e Estratégia do Complexo Hospitalar da UFC/EBSERH. Professor e escritor da área de logística pública. Pós-graduado em Gestão de Hospitais Universitários Federais, pelo Hospital Sírio Libanês. Pós-graduado em Licitações e contratos (CERS). Certificação Black Belt em Lean Six Sigma. Administrador e editor do perfil @euteajudoallicitar (Instagram).



11º CONTRATOS WEEK

SEMANA NACIONAL DE ESTUDOS AVANÇADOS EM
CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

17 A 21 DE JUNHO DE 2024
FOZ DO IGUAÇU | PR

 **EVENTO PRESENCIAL**

INVESTIMENTO

R\$5.890,00 (por participante)

ESTÁ INCLUSO NO INVESTIMENTO

- Apostila impressa com conteúdo exclusivo;
- Certificado. Tera direito ao certificado SOMENTE o aluno/participante devidamente inscrito no curso.

PAGAMENTO

O pagamento da inscrição deverá ser efetuado, em parcela única, em nome de: Instituto Negócios Públicos do Brasil Estudos e Pesquisas na Administração Pública Ltda. (CNPJ 10.498.974/0002-81) no seguinte banco credenciado:



BANCO DO BRASIL

Agência: 1622-5

Conta Corrente: 20504-4

CONTATO

Instituto Negócios Públicos

Telefone: (41) 3778 1887

Whatsapp: (41) 98877 0234

falecom@institutonp.com.br
negociospublicos.com.br/contratosweek

Av. José Maria de Brito, 1707
Jardim das Nações | Foz do Iguaçu/PR
CEP 85.864-320

 **NEGÓCIOS
PÚBLICOS**
Instituto

SIMPLIFIQUE E DESCOMPLIQUE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS

Não perca nunca mais o prazo
de vigência dos seus contratos



☎ (41) 3778-1761
📞 (41) 9 9845-6618

www.contratosgov.com.br



**NEGÓCIOS
PÚBLICOS**



**NEGÓCIOS
PÚBLICOS**
Instituto

Assinatura

13